

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 047/2019-PGJ, DE 9.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que estabeleceu o 1º período de férias do Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.1.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 266/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 4 a 11.6 e 9 a 16.7.2018, a serem usufruídos nos dias 28, 29, 30 e 31.1.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 203/2019-PGJ, DE 22.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 29.12.2017 a 6.1.2018, a ser usufruído no dia 18.2.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 236/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 2895/2017-PGJ, de 30.8.2017, na parte que designou o Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida para coadjuvar os trabalhos da 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, referente ao Inquérito Civil nº 60/2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 230/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar os Promotores de Justiça abaixo relacionados na Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alexandre Estuqui Junior				11 a 20.2.2019
Bianka Karina Barros da Costa				18 a 27.3.2019
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	13 a 31.5.2019			3 a 12.5.2019
Fabricio Secafen Mingati				28.1 a 6.2.2019
Fernanda Proença de Azambuja				1º a 10.4.2019
Juliano Albuquerque				20.2 a 1º.3.2019
Mariana Sleiman Gomes				1º a 10.2.2019
Paulo Leonardo de Faria	21.1 a 19.2.2019			

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 237/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Amambai, Nara Mendes dos Santos Fernandes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 27.1.2019; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2517/2018-PGJ, de 23.7.2018, que designou o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 241/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Alexandre Estuqui Junior	7.1.2018	25.1.2019
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	12.3.2017	17.4.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 242/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 3 a 10.12.2018, a serem usufruídos nos dias 4, 5, 6 e 7.2.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 243/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 23.1.2019, as férias do Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger, concedidas por meio da Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 244/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que estabeleceu o período de conversão da Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe, de forma que, onde consta: 3 a 12.6.2019; passe a constar: 1º a 10.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 245/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha 5 (cinco) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 5 a 9.12.2018, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 246/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, Casa da Mulher Brasileira, no período de 4 a 7.2.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 247/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 4.6.2017 e no período de 5 a 12.7.2017, a serem usufruídos nos dias 31.1, 1º, 2, 3 e 4.2.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 248/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso do Moraes 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 10 a 14.2, 16 a 23.5.2018 e nos dias 17 e 18.3.2018, a serem usufruídos nos dias 25, 26, 27, 28 e 29.3.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 250/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Paranaíba, Leonardo Dumont Palmerston, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 27.1.2019; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 451/2017-PGJ, de 9.2.2017, na parte que designou a Promotora de Justiça Juliana Nonato.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 251/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Costa Rica, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, a partir de 27.1.2019, em prorrogação, pelo período de 2 (dois) anos.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 252/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4227/2018-PGJ, de 11.12.2018, que designou Promotores de Justiça para atuarem perante Promotorias de Justiça, Juizados Especiais, Turma Recursal e Supervisões, de forma que, onde consta:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA / JUIZADO ESPECIAL/ TURMA RECURSAL/SUPERVISÃO	TITULAR
Humberto Lapa Ferri	7 a 16.1.2019	1ª Turma Recursal Mista da Comarca de Campo Grande	Gevair Ferreira Lima Junior

Passe a constar:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA / JUIZADO ESPECIAL/ TURMA RECURSAL/SUPERVISÃO	TITULAR
Humberto Lapa Ferri	23.1 a 1º.2.2019	1ª Turma Recursal Mista da Comarca de Campo Grande	Gevair Ferreira Lima Junior

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 253/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 14.1.2019, a Portaria nº 4251/2018-PGJ, de 12.12.2018, na parte que indicou o Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito para atuar perante a 50ª Zona Eleitoral.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 255/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 67/2019-PGJ, de 11.1.2019, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral, de forma que, onde consta: “... e tornar sem efeito as Portarias nº 4115/2018-PGJ, de 19.12.2018, e nº 037/2019-PGJ, de 9.1.2019”; passe a constar: “... e tornar sem efeito as Portarias nº 4415/2018-PGJ, de 19.12.2018, e nº 037/2019-PGJ, de 9.1.2019”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 267/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 19 a 26.2.2018, a serem usufruídos nos dias 7, 11, 12, 13, 14 e 15.3.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 268/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes 1 (um) dia de férias remanescentes, referente ao período aquisitivo 2016/2017, a ser usufruído no dia 8.3.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 271/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 24.5.2015, a ser usufruído no dia 1º.2.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 272/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o 3º Promotor de Justiça de Aquidauana, Antenor Ferreira de Rezende Neto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 1º.2.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 273/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que concedeu férias ao Promotor de Justiça Wilson Canci Junior, de forma que, onde consta: 3 a 31.5.2019; passe a constar: 6 a 17.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 274/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rodrigo Cintra Franco	10 a 30.4.2019			

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 275/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida comarca, nos dias 14 e 15.1.2019, em razão de férias, e no período de 16.1 a 14.2.2019, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Elcio Felix D’Angelo; e tornar sem efeito a Portaria nº 117/2019-PGJ, de 16.1.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 276/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1. Férias:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Oscar de Almeida Bessa Filho	28.1 a 1º.2.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino
	11 a 15.2.2019		
Fernanda Proença de Azambuja	14 a 18.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti

2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Nara Mendes dos Santos Fernandes	14 a 16.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Amambai	Michel Maesano Mancuelho
Oscar de Almeida Bessa Filho	21 a 25.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino
	4 a 8.2.2019		
Fernanda Proença de Azambuja	7 a 11.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul	Matheus Macedo Cartapatti
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	14 a 18.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira
	11 a 15.2.2019		
Daniel Higa de Oliveira	17 e 18.1.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 277/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
22ª	Allan Carlos Cobacho do Prado	18.1.2019	Férias	Lia Paim Lima
		21 e 22.1.2019	Compensação	
41ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	24 e 25.1.2019	Compensação	Paulo Henrique Mendonça de Freitas

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 279/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar o Promotor de Justiça abaixo relacionado na Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Silvio Amaral Nogueira de Lima				1º a 10.2.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 234/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Termo de Cooperação Técnica decorrente do Processo PGJ/10/4283/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal - Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister, Chefe do Departamento de Execução Financeira; 2.1) Suplente - Simeia Fernanda da Silva Taveira, Chefe do Departamento de Tomada de Contas.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 235/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 3/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora - Elisa Mari Kihara Zaha, Diretora da Secretaria de Finanças; 1.1) Suplente - Marco Aurelio de Sá Baptista, Chefe do Departamento de Contabilidade; 2) Fiscal - Márcia Corrêa Duarte Hoffmeister, Chefe do Departamento de Execução Financeira; 2.1) Suplente - Simeia Fernanda da Silva Taveira, Chefe do Departamento de Tomada de Contas (Processo PGJ/10/0213/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 240/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a partir de 23.1.2019, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Areli Fernandes Gonçalves Zigovski, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 269/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATOS GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elizangela Cristina Paes da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 64ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços para a Promotoria de Justiça de Bandeirantes, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados e um deslocamento semanal à última Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 21.1.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 258/2019-PGJ, DE 24.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 8.1.2019, as férias do servidor Rafael Assef Vieira, concedidas por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 14 a 22.10.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 259/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Flavio Lopes, por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, que seriam usufruídas no período de 7 a 16.3.2019, a serem usufruídas no período de 22.4 a 1º.5.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 260/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 22.1.2019, as férias do servidor Elias Vitorino Filho, concedidas por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 22 a 26.4.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 261/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias da servidora Daniela Cristina Junqueira Nelli, concedidas por meio da Portaria nº 2404/2018-PGJ, de 12.7.2018, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e tornar sem efeito a Portaria nº 4337/2018-PGJ, de 17.12.2018, na parte que alterou as férias da referida servidora:

Onde consta:

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniela Cristina Junqueira Nelli	2015/2016	13 a 22.8.2018	19 a 28.11.2018		3 a 12.8.2018

Passe a constar:

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniela Cristina Junqueira Nelli	2015/2016	13 a 22.8.2018	20.2 a 1º.3.2019		3 a 12.8.2018

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 262/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 15.1.2019, as férias da servidora Luciane Senger, concedidas por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 15 a 17.7.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 265/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Karla Nogueira Steil, por meio da Portaria nº 3459/2018-PGJ, de 15.10.2018, que seriam usufruídas no período de 7 a 16.1.2019, a serem usufruídas no período de 3 a 12.2.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 263/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Sandra de Campos	2005/2006	10 a 19.9.2018	5 a 14.11.2018		19 a 28.8.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gillielen Laura Alves Lobo Ruso	2017/2018	7 a 16.3.2019	10 a 19.6.2019		13 a 22.9.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristina Franco	2015/2016	6 a 15.6.2019	16 a 25.10.2019		7 a 16.1.2019
Marisabel Moreira Santos	2016/2017	6 a 25.3.2019			7 a 16.1.2019
Lucimeire de Souza Pereira	2017/2018	6 a 15.5.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Roberta de Souza Salgado	2017/2018	11 a 20.3.2019	22.4 a 1º.5.2019		7 a 16.1.2019
Rodrigo Peixoto Santos	2017/2018	9 a 18.9.2019	10 a 19.12.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Vítor Avila Barsotti	2017/2018	18 a 27.3.2019	15 a 24.7.2019		11 a 20.2.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Sandra de Campos	2005/2006	7 a 16.1.2019	7 a 16.3.2019		19 a 28.8.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gillielen Laura Alves Lobo Ruso	2017/2018	11 a 20.3.2019	15 a 24.7.2019		13 a 22.9.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristina Franco	2015/2016	3 a 12.6.2019	16 a 25.10.2019		7 a 16.1.2019
Marisabel Moreira Santos	2016/2017	7 a 26.3.2019			7 a 16.1.2019
Lucimeire de Souza Pereira	2017/2018	6 a 15.5.2019	14 a 23.10.2019		21 a 30.1.2019
Roberta de Souza Salgado	2017/2018	13 a 22.3.2019	22.4 a 1º.5.2019		7 a 16.1.2019
Rodrigo Peixoto Santos	2017/2018	14 a 23.5.2019	18 a 27.9.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Vítor Avila Barsotti	2017/2018	6 a 15.3.2019	15 a 24.7.2019		11 a 20.2.2019

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 249/2019-PGJ, DE 24.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Carla Maria Bagordakis, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 16.1 a 4.2.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e do artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 270/2019-PGJ, DE 25.1.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Frederick Werner Castellani Viacek, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Sistemas de Informação, símbolo MPDS-104, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação, nos dias 17, 18, 21 e 22.1.2019, em razão de licenças compensatórias referentes a serviços prestados à Justiça Eleitoral e ao feriado forense da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

ESCOLA SUPERIOR**AVISO Nº 01/2019-ESMP-MS**

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, comunica a abertura das inscrições para o evento *Quinta Escuela Alemana de Ciencias Criminales y Dogmática Penal alemana*, que será realizado de 30 de setembro a 11 de outubro de 2019, em Göttingen, na Alemanha, sem ônus para o Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

As vagas disponibilizadas aos membros deste Ministério Público Estadual para o evento foram limitadas a 5 (cinco), razão pela qual, havendo maior número de interessados, o preenchimento se dará por sorteio.

Os interessados deverão manifestar expresso desejo de se inscreverem para o evento no período compreendido entre as 8h do dia 29.1.2019 e as 18h do dia 1º.2.2019, encaminhando mensagem ao e-mail escoladomp@mpms.mp.br. Maiores informações sobre o evento podem ser encontradas no endereço <http://www.cedpal.uni-goettingen.de/index.php/ensenanza/escuela-de-verano/590-escuela-alemana-de-ciencias-criminales-2019> (em espanhol) ou em contato com a ESMP-MS.

Campo Grande/MS, 25 de janeiro de 2018.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA
Diretora-Geral da ESMP-MS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 54/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/4147/2018).

Objeto: Contratação de empresa para prestação serviços de comunicação de dados através do acesso à internet, caracterizado como link redundante, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.
- Data: 11 de fevereiro de 2019.
- Horário: 14 horas.
- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 04/12/2018:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente do Pregoeiro: Emervál Carmona Gomes;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Lygia Mara Rosa da Silva Moraes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Gestor do Contrato: Myrian Raquel Rodrigues da Silva;
- Fiscal Técnico: Ângelo Maia Marcelo Pirani;
- Fiscal Requisitante: Luiz Fernando Barros de Oliveira Anjos; e
- Fiscal Administrativo: Paulo Roberto Martins Cavalari.

Campo Grande, 28 de janeiro de 2019.

Hermes Alencar de Lima
Pregoeiro/PGJ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 2/PGJ/2019 - SRP (Processo PGJ/10/0129/2019).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, açúcar cristal, adoçante, café e chá), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 14 de fevereiro de 2019.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 23/1/2019:

- Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Cleber do Nascimento Gimenez;

- Suplente do Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Lygia Mara Rosa da Silva Moraes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha.

- Fiscalização do Contrato: Secretaria de Administração/PGJ e Departamento de Material e Patrimônio/PGJ
Campo Grande, 28 de janeiro de 2019.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO**PORTARIA Nº 290/2019-PGJ, DE 28.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar públicos, conforme Anexos desta Portaria, os Relatórios de Gestão Fiscal da Procuradoria-Geral de Justiça e do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, referentes ao terceiro quadrimestre de 2018, nos termos do artigo 48, da alínea “a” do inciso I, e alíneas “a” e “b” do inciso III do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE DE 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.311.005,10	17.376.874,78	17.335.372,13	17.703.952,25	17.718.220,07	18.178.704,06	17.762.755,21	17.730.269,09	18.549.684,58	18.661.415,02	18.424.511,43	43.743.164,43	240.495.928,15	
Pessoal Ativo	13.498.249,51	13.564.119,19	13.524.462,77	13.893.714,25	13.914.972,59	14.383.361,39	13.978.008,73	13.945.522,61	14.674.701,04	14.857.114,15	14.620.210,56	35.236.998,59	190.091.435,38	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas	10.876.856,58	10.931.481,00	10.872.932,75	11.186.756,62	11.095.081,12	11.521.178,23	11.115.543,59	11.131.975,40	11.865.707,72	12.054.012,00	11.823.863,45	29.134.569,34	153.609.957,80	
Variações	2.564.323,03	2.567.557,11	2.562.713,74	2.597.602,52	2.710.702,42	2.742.783,84	2.720.046,07	2.705.268,50	2.718.490,28	2.725.325,19	2.724.624,78	5.992.529,16	35.331.966,36	
Obrigações Patronais	57.069,90	65.081,02	88.816,28	109.355,11	109.189,05	119.399,66	142.419,07	108.278,71	90.503,04	77.776,96	71.722,33	109.900,09	1.149.511,22	
Benefícios Previdenciários	3.812.755,59	3.812.755,59	3.810.909,36	3.810.238,00	3.803.247,48	3.795.342,67	3.784.746,48	3.784.746,48	3.874.983,54	3.804.300,87	3.804.300,87	8.506.165,84	50.404.492,77	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.924.480,64	2.924.480,64	2.922.634,41	2.921.963,05	2.921.963,05	2.914.058,23	2.903.462,04	2.903.462,04	2.903.462,04	2.903.462,04	2.903.462,04	6.584.028,46	38.630.918,68	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	883.615,72	883.615,72	883.615,72	883.615,72	876.625,21	876.625,21	876.625,21	876.625,21	896.179,60	896.179,60	896.179,60	1.917.357,01	11.717.542,19	
Pensões	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.659,23	4.780,37	56.031,90	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.991.075,29	3.866.089,58	3.812.438,44	3.810.238,00	3.820.777,79	3.795.342,67	3.784.746,48	3.784.746,48	4.497.093,43	4.426.408,92	4.386.429,28	12.724.005,95	56.699.392,27	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	178.319,66	53.333,99	1.529,08	0,00	17.530,31	0,00	0,00	0,00	622.109,89	622.108,05	582.128,41	4.217.840,11	6.294.899,50	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.812.755,59	3.812.755,59	3.810.909,36	3.810.238,00	3.803.247,48	3.795.342,67	3.784.746,48	3.784.746,48	3.874.983,54	3.804.300,87	3.804.300,87	8.506.165,84	50.404.492,77	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.319.929,85	13.510.785,20	13.522.933,69	13.893.714,25	13.897.442,28	14.383.361,39	13.978.008,73	13.945.522,61	14.052.591,15	14.235.006,10	14.038.082,13	31.019.158,48	183.796.535,88	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.739.608.262,85	-
C) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	1.756.138,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	10.737.852.124,85	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a - III b)	183.796.535,88	1,71%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	214.757.042,50	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	204.019.190,37	1,90%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	193.281.338,25	1,80%

FONTE: Sistema SPF - Sistema de Planejamento e Finanças, em 21.09.2018

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA: Deduzido o IRRF da Despesa Bruta com Pessoal em razão de Parecer do TCE/MS.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
2,00%	1,71%							

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Marco Aurélio de Sá Baptista
Chefe do Deptº. de Contabilidade
Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa
Chefe do Depto. de Auditoria Interna

Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

3º QUADRIMESTRE DE 2018

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida			10.739.608.262,85
Receita Corrente Líquida Ajustada			10.737.852.124,85
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		183.796.535,88	1,71%
Limite Máximo (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		214.757.042,50	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF)		204.019.190,37	1,90%
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		193.281.338,25	1,80%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	0,00%
GARANTIAS E VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		-	0%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		-	0%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0%
RESTOS A PAGAR		Inscrição de Restos a Pagar Não Processados do Exercício	Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados do Exercício)
Valor Total		10.948.347,62	11.063.255,38

Nota Explicativa

Na DTP está incluída a movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal, e deduzido o IRRF da Despesa Bruta com Pessoal em razão de Parecer do TCE/MS.

Marco Aurélio de Sá Baptista
Chefe do Deptº. de Contabilidade
Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa
Chefe do Deptº. de Auditoria Interna

Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
3º QUADRIMESTRE DE 2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

RGP - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III, alínea "a")										RS.1.00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) I	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
						(b)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	112.151,58	-	-	-	-	-	112.151,58	-	-	
44 Receitas de Convênios	112.151,58	-	-	-	-	-	112.151,58	-	-	
45 Receitas de Alienação de Bens/Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	19.123.843,58	600,00	7.604.945,38	0,00	567.194,40	-	10.951.103,80	10.948.347,62	-	
00 Recursos Ordinários do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bancos	19.110.826,52	600,00	7.604.945,38	-	554.177,34	-	10.951.103,80	10.948.347,62	-	
Caixa	13.017,06	-	-	-	13.017,06	-	-	-	-	
Outros Recursos não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	19.235.995,16	600,00	7.604.945,38	0,00	567.194,40	-	11.063.255,38	10.948.347,62	0,00	

FONTE: Sistema SPF (Sistema de Planejamento e Finanças), Unidade Responsável PGJ, Data da emissão 17.01.2019

NOTA:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Marco Aurélio de Sá Baptista
 Chefe do Deptº. de Contabilidade
 Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa
 Chefe do Deptº. de Auditoria Interna

Paulo Cezar dos Passos
 Procurador-Geral de Justiça

FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MS - FEADMP/MS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
3º QUADRIMESTRE DE 2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

RS 1.00										
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) I	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
		(a)	(b)		(c)	(d)				
								(g) = (a) - (b + c + d + e)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)										
45 REC DE ALIENACAO BENS DIREITOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 CONVENIOS E OUTRAS TRANSFERENCIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)										
40 RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	81.444.977,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.444.977,45	5.318.578,74	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	81.444.977,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.444.977,45	5.318.578,74	0,00	0,00

FONTE: Sistema SPF (Sistema de Planejamento e Finanças), Unidade Responsável FEADMP, Data da emissão 17.01.2019

NOTA:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Marco Aurélio de Sá Baptista
 Chefe do Deptº. de Contabilidade
 Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa
 Chefe do Deptº. de Auditoria Interna

Paulo Cezar dos Passos
 Procurador-Geral de Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 007/PGJ/2019.

Processo: PGJ/10/0067/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **LAURO SOLETO**

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.
 Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, a ser executado semanalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000152, de 11.01.2019

Vigência: 17.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 17 de janeiro de 2019.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 008/PGJ/2019.

Processo: PGJ/10/0055/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **LAURO SOLETO**

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000177, de 14.01.2019.

Vigência: 16.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2019.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000312 DE 24.01.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0326/2019.

Credor: COMERCIAL T&C LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2018**.

Objeto: Aquisição de suporte metálico para forno micro-ondas, para fixação em parede, ajustável, cor branca. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do equipamento. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Multivisão F-DECOR, (item 7).

Valor total: R\$ 113,00 (cento e treze reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000312 de 24.01.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Extrato da **Nota de Empenho 2019NE000313 de 24.01.2019** do Processo PGJ/10/0312/2019.

Credor: COMERCIAL K&D LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2018**.

Objeto: Aquisição de projetor multimídia, resolução nativa mínima de 1024 x 768 (XGA) ou superior; Lâmpada com vida útil de no mínimo 4.500 horas em modo normal e no mínimo 6.000 horas em modo econômico; Compatível no mínimo com os padrões VGA, SVGA, XGA e HDTV (480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p). Deve possuir projeção em formato de tela 4:3; Lâmpada de projeção de no mínimo 3000 ANSI lumens; Tecnologia de formação de imagem 3LCD, DLP ou superior; Faixa de distâncias para projeção entre 1 e 10 metros; tamanho mínimo da imagem ou projeção de 30 polegadas a 250 polegadas. Deverá possuir entrada de Vídeo (RCA), VGA de 15 pinos e áudio; Alto-falante embutido de no mínimo 2W; Relação de contraste de no mínimo 10000:1; conexão HDMI; conexão USB; controle remoto sem fio; compatível com sinal de PAL, PAL-N, PALM, NTSC, NTSC4.43 e SECAM; Conexão à rede elétrica de 100 a 220V com ajuste automático. Deve possuir nível de ruído máximo de 34 (trinta e quatro) decibéis em modo econômico; Maleta de transporte inclusa. Garantia de no mínimo de 12 (doze) meses e no mínimo 3 (três) meses para a lâmpada. Marca/Modelo: Epson S41, (item 20).

Valor total: R\$ 4.040,00 (quatro mil e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000313 de 24.01.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000314 DE 24.01.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0312/2019.

Credor: COMERCIAL K&D LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2018**.

Objeto: Aquisição de suporte articulado para TV 32" (polegadas) a 47" (polegadas) LCD/ LED/Plasma/3D, para instalação em parede e painel de madeira, permite articulação de até 90° e inclinação até 12°; tipo de material: aço carbono; cor preto, distância mínima 38mm / distância máxima 615mm. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do equipamento. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Multivisão STPA355, (item 19); e suporte de teto metálico para protetor, com ajuste de inclinação, de pelo menos, 45 graus. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do projetor. Garantia de no mínimo 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Multivisão Mult PROK-P, (item 21).

Valor total: R\$ 502,00 (quinhentos e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000314 de 24.01.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000317 DE 24.01.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0318/2019.

Credor: RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2018**.

Objeto: Aquisição de forno elétrico, de embutir, capacidade de 43L ou superior: Tensão: 220 V; Potência: 2.400 W ou superior, Controle: eletromecânico ou digital Cor/acabamento: branco ou aço inox. Medidas máximas: 0,67cm de largura, 0,46cm de altura e 0,60cm de profundidade. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Fischer, Brastemp, Electrolux. Marca/Modelo: Fischer, (item 5).

Valor total: R\$ 2.740,00 (dois mil, setecentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000317 de 24.01.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000318 DE 24.01.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0318/2019.

Credor: RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2018**.

Objeto: Aquisição de suporte articulado metálico para TVs 40" a 50" LCD, Plasma e LED, para instalação em teto, com giro de 360°, passagem interna de cabeamento com trava; cor alumínio ou preta, altura regulável de 1.350 a 2.220mm da fixação até o centro da TV. Deverá acompanhar kit de instalação com buchas, parafusos, arruelas e demais materiais necessários para a instalação do produto e do equipamento. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Genius, (item 27).

Valor total: R\$ 359,60 (trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000318 de 24.01.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000342 DE 24.01.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0317/2019.

Credor: COMERCIAL K&D LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2018**.

Objeto: Aquisição de quadro não magnético, tela em laminado melamínico branco, moldura em alumínio, suporte na parte frontal inferior para apagador, ganchos na parte superior para fixação na parede, medindo 0,90m x 1,20m (AxL). Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Cortiarte, (item 26).

Valor total: R\$ 1.010,00 (um mil e dez reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000342 de 24.01.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000316 DE 24.01.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0326/2019.

Credor: COMERCIAL T&C LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de TV LED com conversor digital embutido; tamanho de tela de no mínimo 42 polegadas; tecnologia LED; formato de tela widescreen (16:9); conversor de TV digital integrado; contraste de no mínimo 1.000.000:1 ou superior; função closed caption; resolução mínima de 1920x1080 (Full HD: 1080p); suporte/base para mesa; sinais de vídeo de TV analógica e TV digital. Deverá possuir no mínimo as seguintes entradas: 02 HDMI, 01 Áudio/Vídeo Composto, 01 USB e 01 para conexão da antena/cabo; alto falante; sistema de cor PAL, NTSC ou superior; Possibilidade de ajuste no formato de tela; alimentação bivolt. Idioma dos menus em português. Deve acompanhar controle remoto, cabo de alimentação e demais acessórios para seu perfeito funcionamento. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Marca/Modelo: AOC LE43S5970, (item 18); liquidificador doméstico, conforme as seguintes características técnicas: copo graduado em acrílico, com capacidade total de 2,0 litros ou superior, três velocidades, tecla pulsar, potência mínima de 600W, 110V ou bivolt. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Britania Diamante, (item 22); e umidificador ultrassônico de ar, reservatório de água de no mínimo 2 litros, potência de no mínimo de 22W, 110V, portátil. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: G-Life; G-Tech, Mondial, Cadence, Britânia. Marca/Modelo: Britania Air Clen, (item 23).

Valor total: R\$ 7.074,00 (sete mil e setenta e quatro reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000316 de 24.01.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME

Processo nº PGJ/10/2638/2017

Contrato nº 73/PGJ/2017

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa **D A ARAGÃO COMÉRCIO – ME**, CNPJ nº 19.127.086/0001-46, com sede na Rua Trinta e Três (S Cruz II), n.º 32, Quadra 78, Santa Cruz II, Cuiabá/MT, CEP 78077-015, representada neste ato por **Diego Armando Aragão**, do teor das Decisões exaradas pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 97-100 e 107-111, do Processo nº PGJ/10/2638/2017, especialmente da **aplicação da sanção de multa moratória**, em decorrência do descumprimento da Cláusula Quinta, item 5.2, do Contrato nº 73/PGJ/2017, combinado com os artigos 66, 86 e 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual foi fixada no patamar de 10% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor dos produtos não entregues correspondendo ao valor de R\$135,00 (cento e trinta e cinco reais) para, querendo, apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, nos termos do artigo 109, inciso I, alíneas “e” e “f” e §§1º e 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; bem como para **adimplir o valor total de R\$135,00 (cento e trinta e cinco reais)** no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação, na seguinte conta bancária: **Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente: 50.120-4; CNPJ: 03.464.870/0001-00 - Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa.** Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/2638/2017 encontram-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2063, no horário de expediente das 8h às 11h e das 13h às 18h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta Notificação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/2638/2017 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 001/2019/32PJ/CGR**

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2019.00000136-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

Assunto: Apurar o saneamento das irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria n. 63/2018/MS, elaborado pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul no Centro Ortopédico Municipal – CENORT.

Campo Grande, MS, 25 de janeiro de 2019.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

CORUMBÁ**EDITAL 0008/2019/05PJ/CBA**

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000213-9

A 5.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2019.00000213-9, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça,

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul e Corumbaense Futebol Clube

Assunto: Acompanhar e fiscalizar as condições do Estádio Arthur Marinho para sediar jogos do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Serie A - Edição 2019, em conformidade com as disposições do Estatuto do Torcedor.

Corumbá/MS, 24 de janeiro de 2019.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

EDITAL N. 06.2018.00002906-8

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00002906-8, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002906-8

Requerente: 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal - Três Lagoas-MS.

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual descumprimento de decisão judicial, nos autos 0802091-76.2017.8.12.0114.

Três Lagoas, 25 de janeiro de 2019.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 06.2018.00002907-9

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00002907-9, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00002907-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edilson Gomes de Andrade

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo servidor público Edson Gomes de Andrade, conforme se depreende dos depoimentos gravados em mídia digital relativos aos autos 0003984-82.2010.8.12.0114.

Três Lagoas, 25 de janeiro de 2019.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAMAPUÃ

EDITAL N. 001/2019/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00000155-1, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00000155-1.

Requerente: Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Requerido: A Apurar

Nível de Sigilo: Público

Assunto: “Apurar eventual irregularidade na contratação de Eulimar Silva Simões”.

Camapuã - MS, 25 de janeiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N. 06/2019/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00000077-4, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00000077-4.

Requerentes: Ministério Público, Adolfo Vieira da Silva.

Requerido: Francisco Donizete de Almeida.

Assunto: “Apurar eventual poluição sonora praticada pelo estabelecimento comercial do tipo funilaria, situado na Rua Pedro Celestino, próximo ao n.º 1913, Bairro Pedro Luiz Amorim, de propriedade de Francisco Donizete de Almeida.”

Camapuã - MS, 25 de janeiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 07/2019/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2019.00000076-3, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2019.00000076-3.

Requerentes: Ministério Público.

Requerido: José Rodrigues de Andrade.

Assunto: “Apurar eventual desmatamento irregular de 9,23 ha, ocorrido na Fazenda Santo Antônio III, de propriedade de José Rodrigues de Andrade, município de Camapuã.”

Camapuã - MS, 25 de janeiro de 2019.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0001/2019/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003725-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003725-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual situação de risco e vulnerabilidade a que estariam expostos os idosos NAM e MFM.

Nível de Sigilo: Restrito

Coxim/MS, 25 de janeiro de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL

RECOMENDAÇÃO Nº 002/2019 - 1ªPJ-FSUL

Autos nº MP: 06.2017.00001204-0
Inquérito Civil
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerido: Câmara Municipal de Vicentina

RECOMENDAÇÃO Nº 002/2019 - 1ªPJ-FSUL

Dispõe sobre a necessidade de regulamentação para concessão e pagamento de diárias para os vereadores e servidores da Câmara Municipal de Vicentina/MS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul, através de seu órgão de execução abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c. artigo 27, parágrafo único da Lei 8.625/93 e artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, no âmbito do Inquérito Civil nº 06.2017.00001204-0, apresenta Recomendação nos termos seguintes:

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que nos termos dos artigos 28 e 29 da Lei Complementar Estadual 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul): “Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no art. 28 desta Lei, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito” (art. 29);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 75/1993 (Organização, Atribuições e Estatuto do Ministério Público da União) estabeleceu, em seu art. 6º, XX, caber ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, disposição esta que se estende ao Ministério Público dos Estados por força do art. 80 da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, § 1º, da Resolução 164/2017-CNMP, “A recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano”;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional cabe ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito, conforme art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO a atuação do Ministério Público em relação à expedição de recomendações, no exercício do dever de ofício, como medida de garantia da sociedade e legítimo mecanismo de promoção dos direitos fundamentais individuais e coletivos, sem prejuízo da preservação da independência funcional assegurada constitucionalmente a seus membros;

CONSIDERANDO ser a recomendação instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por

intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas;

CONSIDERANDO que a improbidade administrativa pode ser caracterizada por condutas comissivas ou omissivas, inclusive por parte de quem tenha dever de fiscalizar (GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 379);

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei (art. 10, caput, da Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO que foi instaurado o presente Inquérito Civil nº 06.2017.00001204-0, com intuito de apurar eventuais irregularidades na regulamentação, bem como na utilização de diárias pelos vereadores do Município de Vicentina.

CONSIDERANDO que, por ora, não se verificou qualquer irregularidade na concessão e no pagamento das diárias aos vereadores da Câmara Municipal de Vicentina, com base na Lei Municipal nº 225 de 2005.

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, caput, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve se pautar pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que as diárias, enquanto verbas de caráter indenizatório, têm por finalidade o ressarcimento de despesas não afetas as atividades-fins da função empreendida, destinadas a finalidade específica. Nos dizeres de Marçal Justem Filho, a indenização consiste em valor pago para recompor o patrimônio do servidor, em virtude de desembolso por ele realizado no interesse ou em virtude de suas funções (Autor citado, Curso de Direito Administrativo. 6. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 940)

CONSIDERANDO “que as indenizações, como a própria nomenclatura informa, têm caráter indenizatório e não representam eletivamente uma remuneração, até porque são pagas de maneira não habitual, ou seja, apenas quando caracterizadas determinadas hipóteses excepcionais e transitórias que justificam” (TJMS, Arguição de Inconstitucionalidade n. 16.00005-91.2013.8.12.0000. Rel. Des. Divoncir Schreiner Maran);

CONSIDERANDO que o recebimento a título de valores de diárias somente é legítimo quando houver pertinência com os interesses da Administração Pública ou da sociedade, marcadamente quando auferido por vereador, legítimo representante do povo. Do contrário, haverá enriquecimento ilícito e patente violação aos princípios regedores da Administração Pública, incorrendo seu beneficiário em ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o ordenador de despesas poderá incorrer no ato ímprobo esculpido no artigo 10 da Lei n. 8429/92, cujo tipo permite a responsabilização inclusive pela culpa (TJES; APL 0011077-91.2007.8.08.0024, Rel. Des. Dair José Bregunze de Oliveira – J. 07.2013), notadamente por ser o responsável pela análise da existência da causa subjacente concedente da diária

CONSIDERANDO que os vereadores vinham participando de cursos, encontros e atos de qualidade e finalidade duvidosas, sempre fora do município de Vicentina, a fim de justificar o recebimento de diárias, gerando evidente aumento de seus ganhos mensais;

CONSIDERANDO que a raiz do problema no pagamento de diárias pela Câmara de Vereadores de Vicentina está na própria legislação de regência que autoriza o pagamento antecipado das diárias, desvirtuando sua natureza indenizatória;

CONSIDERANDO que, consoante decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, “as diárias são estabelecidas para ressarcir gastos efetuados em interesse da Administração Pública, não podem ser utilizadas de

forma a compor, de maneira disfarçada, a remuneração” (TCE/PR. Tribunal Pleno. Acórdão n. 1.637/2006. Publicado em: 01/12/2006).

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 225 de 2005 possui redação precária, possibilitando fraudes e descontrole, bem como desvirtua a natureza indenizatória das diárias, como foi diagnosticado no bojo do Inquérito Civil;

CONSIDERANDO que figura como ato de improbidade administrativa a violação de princípios administrativos, consoante o art. 11 da Lei nº 8.429/92, exigindo do agente executor como elemento subjetivo apto a ensejar a devida responsabilização apenas o dolo genérico, sendo que a presente recomendação visa depurar tal circunstância;

RECOMENDA aos Excelentíssimos Senhores Vereadores Municipais de Vicentina-MS, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, que elaborem e apresentem Projeto de Lei Municipal que regulamente o pagamento de diárias para os membros e servidores do Poder Legislativo Municipal, respeitando a natureza indenizatória da diária, ou promovam as alterações na Lei Municipal 225 de 2005, com a mesma finalidade, em especial para que o pagamento de diárias seja realizado apenas posteriormente à viagem e do deslocamento efetivamente comprovados e em virtude estritamente do interesse das atividades de vereança ou atividades da casa legislativa e observando os seguintes procedimentos:

a) No ato regulamentar deverá constar a necessidade de o próprio interessado, após a viagem, apresentar o requerimento de diárias, de forma escrita e completa, ao Presidente da Câmara Municipal, o qual deverá ser instruído com o relatório de viagem, ambos devidamente assinados pelo requerente, com documento comprobatório do motivo que ensejou a viagem (cópia de certificado de curso, cópia de lista de presença, cópia de declaração de comparecimento, etc.).

b) Apresentado o requerimento de diárias, na forma regulamentar, deverá ser autuado como procedimento, enumerado de forma sequencial, indo concluso ao Presidente da Câmara que deverá deliberar em até 5 dias, podendo converter em diligência, possibilitando ao requerente sanar o vício formal encontrado; decidir favoravelmente pela concessão ou pelo indeferimento, o que deverá ser feito de forma fundamentada.

c) Deverá ainda, quanto aos valores pagos a título de diária, ser estabelecido critério diferenciado quando o deslocamento ocorrer mediante veículo oficial e quando for veículo particular, sendo que, no primeiro caso, por questões óbvias, o valor a ser pago deverá ser necessariamente menor.

d) As demais disposições da Lei Municipal n. 225/2005 que não contrariem ou tornem ineficaz as recomendações acima poderão ser mantidas e, em caso de edição de Lei Municipal, poderão ser repetidas no novo ato normativo.

A Câmara Municipal, através de sua Presidência, deverá informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, se pretende cumprir a recomendação e, em caso de afirmativo, discriminar todas as medidas adotadas, apresentando, no prazo de 30 (trinta) dias a Lei Municipal ou Resolução que atendam as recomendações acima.

O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela.

Encaminhe-se cópia a Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Vicentina-MS, para conhecimento.

Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ.

Publique-se no DOMP.

Fátima do Sul, 11 de janeiro de 2019.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2019 - 1ªPJ-FSUL

Autos nº MP: 06.2017.00001205-1
Inquérito Civil
Requerente: Ministério Público Estadual
Requerido: Câmara Municipal de Jateí

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2019 - 1ªPJ-FSUL

Dispõe sobre a necessidade de regulamentação para concessão e pagamento de diárias para os vereadores e servidores da Câmara Municipal de Jateí/MS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul, através de seu órgão de execução abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no artigo 129, incisos II, VI e IX, c/c. artigo 27, parágrafo único da Lei 8.625/93 e artigo 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, no âmbito do Inquérito Civil nº 06.2017.00001205-1, apresenta Recomendação nos termos seguintes:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, bem como a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que nos termos dos artigos 28 e 29 da Lei Complementar Estadual 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul): “Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito: (...) IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no art. 28 desta Lei, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito” (art. 29);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar 75/1993 (Organização, Atribuições e Estatuto do Ministério Público da União) estabeleceu, em seu art. 6º, XX, caber ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, disposição esta que se estende ao Ministério Público dos Estados por força do art. 80 da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º, § 1º, da Resolução 164/2017-CNMP, “A recomendação será dirigida a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano”;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional cabe ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito, conforme art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a acentuada utilidade da recomendação para a autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é incumbido o Ministério Público, sendo importante instrumento de redução da litigiosidade, e de ampliação do acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO a atuação do Ministério Público em relação à expedição de recomendações, no exercício do dever de ofício, como medida de garantia da sociedade e legítimo mecanismo de promoção dos direitos fundamentais individuais e coletivos, sem prejuízo da preservação da independência funcional assegurada constitucionalmente a seus membros;

CONSIDERANDO ser a recomendação instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas;

CONSIDERANDO que a improbidade administrativa pode ser caracterizada por condutas comissivas ou omissivas, inclusive por parte de quem tenha dever de fiscalizar (GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 379);

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei (art. 10, caput, da Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO que foi instaurado o presente Inquérito Civil nº 06.2017.00001205-1, com intuito de apurar eventuais irregularidades na regulamentação, bem como na utilização de diárias pelos vereadores do Município de Jateí.

CONSIDERANDO que, por ora, não se verificou qualquer irregularidade na concessão e no pagamento das diárias aos vereadores da Câmara Municipal de Jateí, com base na Lei Municipal nº 393 de 2001.

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, caput, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve se pautar pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que as diárias, enquanto verbas de caráter indenizatório, têm por finalidade o ressarcimento de despesas não afetas as atividades-fins da função empreendida, destinadas a finalidade específica. Nos dizeres de Marçal Justem Filho, a indenização consiste em valor pago para recompor o patrimônio do servidor, em virtude de desembolso por ele realizado no interesse ou em virtude de suas funções (Autor citado, Curso de Direito Administrativo. 6. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 940)

CONSIDERANDO “que as indenizações, como a própria nomenclatura informa, têm caráter indenizatório e não representam eletivamente uma remuneração, até porque são pagas de maneira não habitual, ou seja, apenas quando caracterizadas determinadas hipóteses excepcionais e transitórias que justificam” (TJMS, Arguição de Inconstitucionalidade n. 16.00005-91.2013.8.12.0000. Rel. Des. Divoncir Schreiner Maran);

CONSIDERANDO que o recebimento a título de valores de diárias somente é legítimo quando houver pertinência com os interesses da Administração Pública ou da sociedade, marcadamente quando auferido por vereador, legítimo representante do povo. Do contrário, haverá enriquecimento ilícito e patente violação aos princípios regedores da Administração Pública, incorrendo seu beneficiário em ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o ordenador de despesas poderá incorrer no ato ímprobo esculpido no artigo 10 da Lei n. 8429/92, cujo tipo permite a responsabilização inclusive pela culpa (TJES; APL 0011077-91.2007.8.08.0024, Rel. Des. Dair José Bregunze de Oliveira – J. 07.2013), notadamente por ser o responsável pela análise da existência da causa subjacente concedente da diária

CONSIDERANDO que os vereadores vinham participando de cursos, encontros e atos de qualidade e finalidade duvidosas, sempre fora do município de Jateí, a fim de justificar o recebimento de diárias, gerando evidente aumento de seus ganhos mensais;

CONSIDERANDO que a raiz do problema no pagamento de diárias pela Câmara de Vereadores de Jateí está na própria legislação de regência que autoriza o pagamento antecipado das diárias, desvirtuando sua natureza indenizatória;

CONSIDERANDO que, consoante decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, “as diárias são estabelecidas para ressarcir gastos efetuados em interesse da Administração Pública, não podem ser utilizadas de

forma a compor, de maneira disfarçada, a remuneração” (TCE/PR. Tribunal Pleno. Acórdão n. 1.637/2006. Publicado em: 01/12/2006).

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 393 de 2001 possui redação precária, possibilitando fraudes e descontrole, bem como desvirtua a natureza indenizatória das diárias, como foi diagnosticado no bojo do Inquérito Civil;

CONSIDERANDO que figura como ato de improbidade administrativa a violação de princípios administrativos, consoante o art. 11 da Lei nº 8.429/92, exigindo do agente executor como elemento subjetivo apto a ensejar a devida responsabilização apenas o dolo genérico, sendo que a presente recomendação visa depurar tal circunstância;

RECOMENDA aos Excelentíssimos Senhores Vereadores Municipais de Jateí-MS, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, que elaborem e apresentem Projeto de Lei Municipal que regule o pagamento de diárias para os membros e servidores do Poder Legislativo Municipal, respeitando a natureza indenizatória da diária, ou promovam as alterações na Lei Municipal 393 de 2001, com a mesma finalidade, em especial para que o pagamento de diárias seja realizado apenas posteriormente à viagem e do deslocamento efetivamente comprovados e em virtude estritamente do interesse das atividades de vereança ou atividades da casa legislativa e observando os seguintes procedimentos:

a) No ato regulamentar deverá constar a necessidade de o próprio interessado, após a viagem, apresentar o requerimento de diárias, de forma escrita e completa, ao Presidente da Câmara Municipal, o qual deverá ser instruído com o relatório de viagem, ambos devidamente assinados pelo requerente, com documento comprobatório do motivo que ensejou a viagem (cópia de certificado de curso, cópia de lista de presença, cópia de declaração de comparecimento, etc.).

b) Apresentado o requerimento de diárias, na forma regulamentar, deverá ser autuado como procedimento, enumerado de forma sequencial, indo concluso ao Presidente da Câmara que deverá deliberar em até 5 dias, podendo converter em diligência, possibilitando ao requerente sanar o vício formal encontrado; decidir favoravelmente pela concessão ou pelo indeferimento, o que deverá ser feito de forma fundamentada.

c) Deverá ainda, quanto aos valores pagos a título de diária, ser estabelecido critério diferenciado quando o deslocamento ocorrer mediante veículo oficial e quando for veículo particular, sendo que, no primeiro caso, por questões óbvias, o valor a ser pago deverá ser necessariamente menor.

d) As demais disposições da Lei Municipal n. 393/2001 que não contrariem ou tornem ineficaz as recomendações acima poderão ser mantidas e, em caso de edição de Lei Municipal, poderão ser repetidas no novo ato normativo.

A Câmara Municipal, através de sua Presidência, deverá informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, se pretende cumprir a recomendação e, em caso de afirmativo, discriminar todas as medidas adotadas, apresentando, no prazo de 30 (trinta) dias a Lei Municipal ou Resolução que atendam as recomendações acima.

O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela.

Encaminhe-se cópia a Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Jateí-MS, para conhecimento.

Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ.

Publique-se no DOMP.

Fátima do Sul, 11 de janeiro de 2019.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR
Promotor de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0002/2019/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000156-2

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de adicional de produtividade a servidores públicos do Município de Naviraí que, embora ocupantes do cargo de fiscal tributário, não estejam exercendo temporariamente tais funções.

Naviraí, 25 de janeiro de 2019

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0004/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002077-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Sol Brasil Soluções Ambientais LTDA - EPP, Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: apurar eventuais irregularidades atinentes ao processo licitatório referente a contratação da empresa Sol Brasil Soluções Ambientais LTDA - EPP pelo Município de Ribas do Rio Pardo e atos de improbidade administrativa decorrentes..

Ribas do Rio Pardo, 25 de janeiro de 2019.

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0005/2019/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002052-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: apurar situação da carceragem da Delegacia de Polícia Civil de Ribas do Rio Pardo/MS, em virtude da insegurança, insalubridade das celas, falta de estrutura material e pessoal para encarceramento de presos..

Ribas do Rio Pardo, 25 de janeiro de 2019.

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL N. 003/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00003550-4

Requerentes: Ministério Público Estadual

Requerido: Helio Martins Coelho e Ana Carla Silva de Oliveira

Assunto: apurar eventuais danos ambientais causados em razão da supressão de 326 (trezentos e vinte e seis) lascas de essência aroeira, totalizando 5,62m³, na Fazenda Remanso Alegre, e de 19 (dezenove) palanques da essência aroeira, consistindo em 4,25m³, na Chácara Araras, ambas as propriedades rurais localizadas neste Município de Rio Brilhante/MS, sem a necessária autorização do órgão competente.

Rio Brilhante – MS, 22 de janeiro de 2019.

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0001/2019/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003493-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Irmãos Marques Supermercados Ltda., Valéria Travain Botaccio Custódio e Município de Água Clara.

Assunto: Apurar a notícia de supostas irregularidades na contratação da empresa Irmãos Marques Supermercados Ltda., que presta serviços para o Município de Água Clara/MS, envolvendo também a vice-prefeita Valéria Travain Botaccio Custódio (IC nº 10/2013).

Água Clara/MS, 24 de janeiro de 2019.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0002/2019/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003531-5

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Câmara Municipal de Água Clara/MS.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas contratações de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria contábil, orçamentária e financeira, pela gestão anterior da Câmara Municipal de Água Clara/MS, constatadas por sua Controladoria Interna, trazidas ao conhecimento deste Promotor de Justiça por meio do ofício n.º 09/2015 (IC nº 03/2015).

Água Clara/MS, 24 de janeiro de 2019.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

NIOAQUE

RECOMENDAÇÃO Nº 004/2018

Autos nº 06.2017.00002213-8

Inquérito Civil

RECOMENDAÇÃO Nº 004/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Nioaque/MS, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, incisos II, III e IX, da Constituição da República; pelo artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93); pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 072/94; bem como pelo artigo 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

CONSIDERANDO que a Constituição da República inclui, dentre as funções institucionais do Ministério Público, a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que, nos termos dispostos no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, *“é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”,* ressaltando inclusive que *“nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”* (art. 5º do ECA);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 136 da Lei 8.069/90 (ECA), o qual prevê como atribuições do Conselho Tutelar, dentre outras, a de "encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente";

CONSIDERANDO que esse mesmo estatuto prevê, em seus artigos 70 e 70-B, caput e § único, expressamente, que *“É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”,* bem como que *“As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas a que se refere o art. 71, dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes”,* além de impor sanção pela ausência de tal comunicação a todas *“as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes”,* em caso de *“injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos”;*

CONSIDERANDO os termos do artigo 18-A da Lei 8.069/90 (ECA), o qual prevê que a *“criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los”;*

CONSIDERANDO que o art. 53 do mesmo ECA preconiza que *“a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores”;*

CONSIDERANDO o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência previsto na Lei 13.431/2017, especialmente em seus artigos 4º e 5º;

CONSIDERANDO os princípios expressos no caput do artigo 37 da Constituição da República, obrigatórios para todas as esferas de poder do Estado Democrático de Direito, os quais impõem expressamente a qualquer servidor público o respeito à legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, dos quais decorrem os deveres de

probidade no exercício do serviço público de qualquer natureza, sob as penas da Lei de Improbidade Administrativa, conforme preconiza o artigo 11 da Lei 8.429/92;

CONSIDERANDO os ditames do artigo 11 da Lei 8.429/92, no sentido de constituir ato de improbidade administrativa todo aquele atentatório aos princípios da administração pública, bem como qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente a prática de ato visando a fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência, além do retardo ou a indevida omissão de ato de ofício;

CONSIDERANDO a sedimentação jurisprudencial, pelo Superior Tribunal de Justiça, no sentido de configurar improbidade administrativa a prática de assédio sexual por professor da rede pública de ensino, como traduz o julgado seguinte: "PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ASSÉDIO DE PROFESSOR DA REDE PÚBLICA. PROVA TESTEMUNHAL SUFICIENTE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DA EXCELSA CORTE. DOLO DO AGENTE. ATO ÍMPROBO. CARACTERIZAÇÃO. 1. Cinge-se a questão dos autos a possibilidade de prática de assédio sexual como sendo ato de improbidade administrativa previsto no caput do art. 11 da Lei n. 8.429/1992, praticado por professor da rede pública de ensino, o qual fora condenado pelas instâncias ordinárias à perda da função pública. 2. A tese inerente à atipicidade da conduta em razão da inexistência de nexo causal entre o ato e a atividade de educador exercida pelo Professor não foi abordada pelo Corte de origem, o que atrai a incidência da Súmula 282 do STF. 3. O recorrente também tratou de questão constitucional, qual seja, a dignidade da pessoa humana, matéria que refoge da competência desta Corte Superior, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. 4. É firme a orientação no sentido da imprescindibilidade de dolo nos atos de improbidade administrativa por violação a princípio, conforme previstos no caput do art. 11 da Lei n. 8.429/1992 - o que foi claramente demonstrado no caso dos autos, porquanto o professor atuou com dolo no sentido de assediar suas alunas e obter vantagem indevida em função do cargo que ocupava, o que subverte os valores fundamentais da sociedade e corrói sua estrutura. 5. O recurso não pode ser conhecido em relação à alínea "c" do permissivo constitucional, porquanto o recorrente não demonstrou suficientemente a divergência, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF. Recurso especial conhecido em parte e improvido. (STJ, REsp 1255120 / SC RECURSO ESPECIAL 2011/0118722-1, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 21/05/2013, publicado em 28/05/2013)";

CONSIDERANDO os termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei Estadual nº 1.102/90), especialmente no tocante aos deveres dos servidores civis estaduais expressos em seu artigo 218, os quais, dentre outros, impõe ao servidor estadual: *"XII - estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções; XIII - proceder na vida pública e privada na forma que dignifique o cargo ou a função que exerce"*;

CONSIDERANDO a instauração do Inquérito Civil nº 06.2017.00002213-8, em curso nesta Promotoria de Justiça de Nioaque, instaurado para apurar denúncias de abusos e assédios sexuais praticados há mais de 20 anos por professor da Escola Odete Ignês Resstel Villas Boas, durante as aulas, ou em razão delas, contra alunas menores de idade, bem como indícios de postura da Diretoria Escolar no sentido de tentar dissuadir as genitoras das alunas vítimas desses abusos de buscarem as autoridades públicas;

CONSIDERANDO que, no curso das investigações, restou documentada a prática, por parte do professor Quirino Gamarra, de constranger e abusar sexualmente de alunas por meio de investidas com finalidade sexual, e até de conceder indevidamente notas às alunas incompatíveis com seu desempenho em suas provas e atividades, com o fim de angariar correspondência sexual por parte delas, além de outras condutas mais graves, tipificadas inclusive como estupro de vulnerável, decorrentes da prática de atos libidinosos;

CONSIDERANDO a ampla menção, por todos os depoentes, de uso de vocabulário constrangedor por parte do aludido professor dentro de sala de aula, a exemplo de palavrões ou termos chulos e de duplo sentido, com viés sexual ou erótico, inclusive com conteúdo abertamente redutor e de exposição de alunas do gênero feminino à condição de suas parceiras sexuais, publicamente e a pretexto de brincadeiras, sem que isso seja verídico, traduzindo verdadeiro espírito de insensibilidade à esfera íntima, sentimental, emocional e de identidade das crianças e adolescentes do sexo feminino, mulheres em formação, refletindo objetivação e machismo em ambiente escolar, visto que esse mesmo comportamento público de constrangimento verbal não se documentou contra alunos do gênero masculino (salvo um aluno homossexual);

CONSIDERANDO que a medida judicial de busca e apreensão realizada pela representante do Ministério Público à época e registrada sob o número 0900007-13.2018.8.12.0038 resultou na apreensão, judicialmente autorizada, de documentos que retratam denúncias e alertas formulados por alunas menores de idade e pais de alunas aos professores da Escola Estadual Odete Ignéz Resstel Villas Boas, localizada no Município de Nioaque, nos livros de registros e ocorrências, de diversos anos, a partir de 1995, sob diferentes diretorias;

CONSIDERANDO que o crime de assédio sexual está tipificado no ordenamento jurídico brasileiro, no âmbito do Código Penal, desde 2001, no artigo 216-A, o qual prevê: "Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos. § 2º A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos";

CONSIDERANDO que foi expressamente reportado em depoimento formal, por membros da Diretoria da Escola Odete Ignêz Restel Villas Boas, que, uma vez tomando conhecimento de fatos dessa natureza, a diretoria da escola é obrigada a seguir estritamente e APENAS o procedimento padrão da Secretaria Estadual de Educação, no sentido de levar a questão ao colegiado escolar, para a decisão acerca do requerimento ou não de sindicância, conforme prevê o Regimento Escolar do Estado¹ (publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 9.411 de 18/05/2017), alegando não haver previsão expressa de qualquer obrigação à Diretoria de remeter ou comunicar ao Ministério Público, ao Conselho Tutelar ou à autoridade policial os casos de abusos ou assédio sexual praticado por professor da unidade escolar;

CONSIDERANDO que essas informações foram confirmadas pelo Diretor Administrativo da aludida escola estadual, Cloves de Souza, no sentido de desconhecer se existe ou não a obrigação de reportar ao Ministério Público as ocorrências e reclamações que indiquem assédio sexual ou abuso sexual em ambiente escolar praticado por professor;

CONSIDERANDO que, nos depoimentos colhidos na Promotoria de Justiça e em audiências judiciais (no bojo da Ação Penal ajuizada contra Quirino Gamarra), houve a expressa menção, por parte de genitoras de supostas vítimas, de tentativa da Diretoria escolar de evitar-se a formulação de denúncia perante a autoridade policial, ao pretexto de que tal providência geraria estritamente exposição das adolescentes, mas que não resultaria em qualquer consequência para o educador denunciado;

CONSIDERANDO que, apesar dessas declarações, o artigo 63 do mesmo Regimento Escolar prevê expressamente como atribuições do diretor: "(...) III - conhecer, cumprir e fazer cumprir a legislação vigente do ensino e as determinações legais das autoridades competentes, no âmbito de suas atribuições; IV- cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento escolar; (...) XXIV- comunicar as autoridades quaisquer fatos ou condutas com indícios de ato infracional ou crime ocorrido no ambiente escolar";

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente impõe a seguinte obrigação legal: "*Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I - maus-tratos envolvendo seus alunos (...)*", o que abrange qualquer espécie de violação aos direitos fundamentais dos menores de idade, incluindo violações de natureza moral e sexual;

CONSIDERANDO a não realização de qualquer comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público ou à autoridade policial, por parte da Diretoria da referida escola, a respeito dos atos criminosos (antigos e atuais) praticados pelo professor Quirino Gamarra, fatos estes que somente chegaram ao conhecimento das autoridades com atribuição persecutória porque as genitoras das alunas vítimas se movimentaram para o registro do pertinente Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia Civil de Nioaque;

CONSIDERANDO que essa negativa em comunicar o Ministério Público, ou às autoridades coadjuvantes da persecução penal em questões de Infância e Juventude, a exemplo do Conselho Tutelar e da autoridade policial, furta a atuação do Ministério Público na promoção da ação penal cabível, cuja titularidade o *Parquet* detém de modo privativo, como explicita o artigo 129 da Constituição Federal;²

¹ http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9411_18_05_2017

² Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

CONSIDERANDO que o art. 13 da Lei nº 13.431/2017 estabelece que “qualquer pessoa que tenha conhecimento ou presenciado ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial, os quais, por sua vez, cientificarão imediatamente o Ministério Público”;

CONSIDERANDO, além de todo o arcabouço legal já mencionado, a previsão do artigo 103 do regimento escolar, que expressamente reafirma que "Esta escola assegurará à criança e ao adolescente o direito à educação em conformidade com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente."

CONSIDERANDO o disposto no artigo 76 do mesmo Regimento Estadual, segundo o qual é proibido ao diretor, diretor-adjunto, secretário escolar, coordenador pedagógico, corpo docente e aos integrantes do serviço de apoio à educação básica, dentre outras condutas, ferir a susceptibilidade do estudante no que diz respeito às suas convicções religiosas, políticas, de gênero ou nacionalidade, evitando qualquer tipo de discriminação ou preconceito, proibição esta corroborada pela prevista no artigo 77 do mesmo diploma, que veda ao corpo docente usar critérios fraudulentos nas provas e outros trabalhos destinados à avaliação, ferir a susceptibilidade dos estudantes, no que diz respeito às suas convicções religiosas, políticas, de gênero ou de nacionalidade, e faltar com o devido respeito ao estudante ou a ele se dirigir com termos e atitudes que possam ferir a sua dignidade;

CONSIDERANDO que o artigo art. 80 do mesmo Regimento Escolar prevê expressamente que, além daqueles que lhes são outorgados por toda legislação aplicável, são direitos dos estudantes: "(...) II - ser respeitado por todos os integrantes da comunidade escolar; III - ser considerado e valorizado em sua individualidade, sem comparação nem preferências; IV - ser respeitado em seus princípios religiosos, orientado em suas dificuldades e ouvido em suas queixas ou reclamações; V - receber seus trabalhos e tarefas devidamente corrigidos e avaliados (...)";

CONSIDERANDO que, apesar da decisão judicial de afastamento do professor investigado, proferida nos Autos nº 0001008-92.2017.8.12.0038, em 09/11/2017, a Escola Odete Ignez reservou as aulas das turmas A e B do 9º ano, no dia 19/02/2018, ao mesmo educador, fato confirmado pela vistoria *in loco* realizada na mesma semana pela representante do Ministério Público à época, tendo contado inclusive com publicação de grade horária nos murais escolares, ao argumento, pela Diretoria escolar, de inexistência de rubrica de substituição para "afastamento por decisão judicial", para convocar-se professor substituto, sendo necessário proceder à lotação, por ser ele ainda efetivo, embora conste como aposentado dos quadros funcionais e não tenha comparecido na escola no dia da lotação;

CONSIDERANDO que tal conduta resultou, além do desrespeito à sensibilidade do corpo discente, na dispensa indevida dos alunos dessas turmas das aulas no dia 19/02/2018, por ausência de profissional em sala, violando-se o disposto no artigo 76 do regimento escolar, o qual proíbe ao diretor, diretor-adjunto, secretário escolar, coordenador pedagógico, corpo docente e aos integrantes do serviço de apoio à educação básica, dentre outras condutas, "dispensar os alunos de suas atividades no ambiente escolar, injustificadamente, sem autorização do órgão superior, salvo em situação de caso fortuito ou força maior", não podendo o afastamento por decisão judicial ser enquadrável na cláusula do caso fortuito quase três meses após a publicação da decisão;

CONSIDERANDO que o artigo 58 da do Regimento Escolar do Estado de Mato Grosso do Sul versa sobre o procedimento de descarte de documentos escolares, após cinco anos de geração, prevendo expressamente, em seu parágrafo único, que "*podem ser descartados os seguintes documentos: I - provas especiais ou relativas à adaptação, à recuperação e à classificação; II - diários de classe, desde que as Atas de Resultados Finais tenham sido recolhidas; III - atestados médicos*", devendo o procedimento de fragmentação e eliminação de documentos ser lavrado em ata e assinado pelo diretor, pelo secretário e demais funcionários presentes;

CONSIDERANDO a previsão do art. 118 do Código de Processo Penal, que trata da manutenção das coisas e provas enquanto interessarem ao processo, em poder da autoridade pública, autorizando inclusive a retenção e não restituição, pela sua finalidade protetora da instrução de crimes em apuração, ora invocado por analogia;

CONSIDERANDO a propositura da Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0900008-95.2018.8.12.0038, com vistas a promover a responsabilização pelos fatos reportados no Inquérito Civil supramencionado e na Sindicância n. 29/038659/2017- SED, perante a Vara Única de Nioaque, em 06/03/2018, bem como o ajuizamento da Ação Penal cabível (Autos nº 0001152-66.2017.8.12.0038);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 estabeleceu, em seu art. 6º, inciso XX, que compete ao Ministério Público da União expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis, disposição extensível ao Ministério Público dos Estados, por força do art. 80 da Lei nº 8.625/93³;

CONSIDERANDO que, para o exercício da função institucional do art. 129, inciso II, da Constituição Federal, a Lei nº 8.625/1993 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, parágrafo único, inciso IV);

CONSIDERANDO a natureza bifronte do instituto da recomendação, a qual “*pode ser dirigida, de maneira preventiva ou corretiva, preliminar ou definitiva, a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses, direitos e bens de que é incumbido o Ministério Público*”, conforme preconiza o artigo 4º da Resolução 164 do CNMP⁴, devendo ser dirigida “*a quem tem poder, atribuição ou competência para a adoção das medidas recomendadas, ou responsabilidade pela reparação ou prevenção do dano*” (art. 4º, §1º);

CONSIDERANDO que a regra nas repúblicas democráticas (como se pretende a República Federativa do Brasil, fundada sobre a dignidade humana e a moralidade administrativa, nos termos do artigo 1º, inciso III, e do art. 37, *caput*, ambos da CF), nos assuntos de Direito Público, é a publicidade e transparência, estando os excepcionais sigilos previstos em lei e, no caso, preservados pela ocultação das identidades das vítimas menores de idade, conforme o artigo 17 do ECA e a regra do segredo de justiça;

RECOMENDA à ESCOLA ESTADUAL ODETE IGNÊZ RESSTEL VILLAS BÔAS, na pessoa de seu Diretor, Cloves de Souza, que:

. Dê ampla divulgação oficial, a todos os funcionários públicos que laboram na Escola Estadual Odete Ignêz Resstel Villas Bôas, a respeito da obrigatoriedade legal e regimental de o Colegiado Escolar, o Diretor, o Diretor Adjunto e os demais membros do corpo docente, que vierem a tomar conhecimento, por qualquer meio, de fatos suposta e potencialmente criminosos praticados contra crianças e adolescentes por parte de servidor público, de comunicá-los ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e à autoridade policial, independentemente da natureza ou gravidade dos fatos, sob pena de violação do dever de ofício, não importando, para tanto, o cargo que ocupe ou relações sociais que ostente no ambiente escolar, ainda que professor aposentado dos quadros funcionais e prestador de serviço na qualidade de convocado;

. Promova a inclusão no REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA DA REDE ESTADUAL ODETE IGNÊZ RESSTEL VILLAS BÔAS, no Título V do Capítulo I -DA ESCRITURAÇÃO ESCOLAR E DOS ARQUIVOS ESCOLARES, e no Capítulo II - DO DESCARTE, concernente aos procedimentos de escrituração e descarte de documentos de natureza escolar, da obrigatoriedade de que sejam tomadas medidas concretas para facilitarem-se o registro e a compilação de denúncias, ocorrências e reclamações que contenham notícias de abusos sexuais e/ou crimes de outras naturezas praticados por servidor público no ambiente escolar, ou em razão das funções escolares, de que se tenha conhecimento na escola, a qualquer tempo, bem como comprovante de remessa ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar, vedando-se o descarte até que as autoridades competentes comprovadamente tenham acesso às mesmas;

. Sejam mantidos, no âmbito da referida escola, provas e registros de alunas e alunos do professor investigado na Sindicância nº 29/038659/2017, instaurada na Secretaria Estadual de Educação, ainda que pertinentes a período superior a cinco anos, enquanto não transitar em julgado a Ação de Improbidade Administrativa e a Ação Penal acima mencionadas, pelo possível interesse aos respectivos processos;

. Sejam adotadas medidas concretas para a recuperação moral coletiva da comunidade de alunas da Escola Estadual Odete Ignêz Resstel Villas Bôas, em razão das atitudes públicas, notórias e ofensivas do profissional sindicado, contra a dignidade sexual das alunas como um todo, vítimas ou não, e a reflexa implantação de valores destorcidos acerca da imagem da mulher na psique dos alunos do gênero masculino, por meio de medidas

³ Resolução 164/2017-CNMP, disponível em http://www.cnmp.mp.br/portal/images/ED.72_-18.04.2017_2.pdf

⁴ Art. 4º da Resolução 164, de 28 de março de 2017, do CNMP, disponível em http://www.cnmp.mp.br/portal/images/ED.72_-18.04.2017_2.pdf

reparatórias de cunho pedagógico, tais como palestras, filmes, grupos de estudo, rodas de leitura de livros empoderadores da mulher e divulgação de materiais e campanhas de combate ao desrespeito e à violência verbal e sexual, dissimulada ou não, contra o gênero feminino, inclusive com a divulgação de mecanismos de formulação de denúncias, como o Disque 100 e a Ouvidoria do Ministério Público;

. Sejam tomadas medidas concretas para a promoção da integração do estabelecimento de ensino em questão com a Rede Municipal de Proteção da Infância, composta pelo Conselho Tutelar de Nioaque, CREAS-Nioaque, Secretaria Municipal de Educação de Nioaque, Secretaria Municipal de Saúde de Nioaque e outros, evitando-se o hermetismo escolar e o tratamento de informações de interesse coletivo e comunitário como questões domésticas e *interna corporis*;

. Sejam adotadas medidas concretas para, na linha da Súmula Vinculante nº 13 do STF e em respeito à impessoalidade na gestão escolar, se evitar que cônjuges, parentes e parceiros afetivos de professores e diretores, que trabalhem na mesma escola, exerçam as funções de coordenadores de turmas em que ministrem aulas seus respectivos companheiros(as) ou esposos(as), ou qualquer outra que tenha por função o recebimento de denúncias contra professores, ainda que Diretor ou Vice-Diretor(a), evitando-se o sufocamento e represamento de irregularidades.

Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias úteis para a resposta sobre o atendimento integral desta Recomendação, ressaltando que poderão ser adotadas medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa em face dos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Remeta-se cópia desta Recomendação para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), e, ainda, aos Centros de Apoio Operacionais da Infância, Cidadania e Patrimônio Público do MPMS, assim como à Corregedoria-Geral do MP/MS.

Nioaque/MS, 14 de janeiro de 2019.

MARIANA SLEIMAN
Promotora de Justiça

SONORA

EDITAL Nº 0003/2019/01PJ/SNR

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00003426-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 -Centro, em Sonora-MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00003426-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leny Terezinha Borges Martins

Assunto: apurar eventuais crimes ambientais na área da Fazenda Janaína II localizada em Sonora/MS

Sonora-MS, 23 de janeiro de 2019

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça em Substituição Legal